

Boletim Número 63**Data: Abril-Maio-Junho/2014****EDITORIAL**

A 63ª edição do Boletim PROEALC chega ao público sob o impacto de um importante marco cronológico e político dos 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, motivo pelo qual destacamos nesta edição artigos e publicações que estudam o processo e o legado autoritário das ditaduras latino-americanas para as recentes democracias da região.

Em virtude da centralidade dessa questão destacamos neste boletim o artigo da Senadora Ana Rita, “Ampliar a democracia exige pôr fim aos legados da ditadura”, que analisa os sistemas de segurança vigentes no Brasil, fundamentados numa cultura política historicamente repressiva e violenta, herança nefasta da ditadura neste país.

Apresentamos também nas colunas *Em Foco* três importantes artigos de opinião, a saber: 1) “Marco Civil da Internet e o oligopólio”, de Luciano Martins Costa; 2) “Centroamérica: ¿hacia un nuevo equilibrio político?”, de Andrés Mora Ramírez / AUNA-Costa Rica; 3) “Ditaduras na América Latina: por onde começar?”, de Sandra Quintela; e 4) “Colômbia, marcha à ré pintando”, de Luiz Eça.

Registramos, ainda, que o leitor encontrará nesta edição, nas colunas *Espaço Aberto*, artigos sobre os resultados de pesquisas desenvolvidas por bolsistas de graduação e pós-graduandos vinculados ao Programa, além de uma agenda de eventos e indicações sobre lançamentos de livros com temas afins à linha editorial deste boletim.

Boa leitura,

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire

Dra. Andreia de Souza de Carvalho

Destaque***Ampliar a democracia exige pôr fim aos legados da ditadura*****Ana Rita**

Ainda estão muito vivos na sociedade e entranhados nas instituições brasileiras os legados deixados pela ditadura. Os sistemas de segurança vigentes no Estado, em todos os seus níveis, são fundamentados na cultura da repressão, do autoritarismo e da violência. A Comissão de Direitos Humanos do Senado tem discutido medidas que combatam essa herança.

Mais do que relembrar um período conturbado da história contemporânea brasileira, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, por meio de sua Subcomissão de Memória, Verdade e Justiça, cumpriu um significativo papel para a consolidação da democracia ao refletir sobre os cinquenta anos do golpe militar e os efeitos produzidos pela ditadura que ainda hoje permeiam a sociedade brasileira. Entre os temas debatidos, destacam-se a violência policial, os desaparecidos da democracia, a naturalização da morte violenta e os autos de resistência, bem como a banalização da tortura.

A perpetuação de um Estado repressor, violento e cerceador dos direitos humanos na democracia guarda relação com a impunidade daqueles setores que protagonizaram crimes de lesa-humanidade nos anos de chumbo. Ampliar as bases para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito exige que esse passado seja revisitado, essa história recontada e os torturadores e assassinos exemplarmente punidos.

Ciente de seu papel histórico nesse processo, a CDH deu um passo importante nesse sentido, ao aprovar o Projeto de Lei nº 237/2013, de autoria do senador Randolfe Rodrigues (PSol-AP), que altera a Lei de Anistia (nº 6683/79) com o objetivo de excluir do rol dos anistiados os torturadores, estupradores e assassinos do regime militar.

A face autoritária do Estado sempre foi escancarada aos mais pobres, especialmente os negros, historicamente alvos prioritários da tortura. Esta sempre esteve presente na atividade das polícias brasileiras, cujo método usual de interrogar presos comuns era – e absurdamente ainda o é em muitos locais – o espancamento.

Não é demais lembrar que a história do Brasil se constitui a partir da tortura, uma vez que tivemos um dos mais longos processos de escravidão, perdurados por mais de trezentos anos, quando o negro era considerado mercadoria e objeto das mais terríveis práticas de violência. Essa conformação trouxe implicações profundas ao imaginário social, a exemplo da naturalização da violência, fundamentada no princípio de que é permitido todo tipo de crueldade com aquelas pessoas que não são consideradas humanas.

No Estado Novo e na ditadura militar, integrantes da classe média também passaram a ser alvo desse tipo de crime, se considerados subversivos. Quando presos políticos, tornaram-se as principais vítimas. As denúncias da prática de tortura por agentes do Estado contra militantes políticos contrários ao regime levaram os setores democráticos da sociedade a se mobilizarem contra ela. Mas ainda hoje é amplamente utilizada nas delegacias e nos presídios.

A violência policial, por exemplo, sempre acompanhou o cotidiano dos moradores das periferias das grandes cidades. No entanto, o debate sobre a necessidade de desmilitarizar os aparatos policiais ganha força exatamente quando essa violência chega ao “asfalto” e se volta para filhos da classe média, atinge setores juvenis que acabam sendo direta ou indiretamente vítimas do uso desproporcional da força em manifestações de rua, como as que o Brasil vivenciou em junho de 2013.

A figura do desaparecido é outro resquício do regime de exceção. Casos recentes como o do pedreiro Amarildo Souza, do Rio de Janeiro, e de Antônio Araújo, de Brasília, ganharam ampla repercussão midiática, revelando mais uma vez o total despreparo das polícias militares para atuar num regime democrático.

Assim como as famílias dos desaparecidos da ditadura não tiveram direito ao luto e à Justiça, milhares de mães e familiares continuam convivendo, na democracia, com essa dor. Somente no Rio de Janeiro, estimam-se cerca de 10 mil casos nos últimos cinco anos. E aqui cabe ressaltar a perversidade dessa prática, pois a família continua sendo torturada cotidianamente, uma vez que o Estado, na esmagadora maioria dos casos, não investiga nem dá respostas a esses familiares, que ficam completamente à deriva. Não precisa nem dizer que nessas estatísticas estão as populações mais pobres, com desaparecimentos muitas vezes protagonizados pelos próprios agentes de Estado.

Outra herança absurda do período militar é a execução sumária do “suspeito”, do “favelado”, do “bandido” por meio dos autos de resistência, ou seja, aquele procedimento em que a polícia mata, executa e simplesmente notifica como “morto por reagir à prisão” ou por entrar em “confronto com as forças policiais”. A maioria dos casos assim tipificados não são investigados, como prevê o próprio Código Penal. Trata-se de um mecanismo amplamente utilizado durante a ditadura, que, mesmo não o tendo inventado, foi responsável por sua legalização.

Atualmente tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4471/2012, de autoria do deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), que altera o Código de Processo Penal para que, enfim, sejam investigadas as mortes e lesões corporais cometidas por policiais, podendo pôr fim a casos como os registrados hoje como autos de resistência ou resistência seguida de morte.

A manutenção desse tipo de procedimento fere frontalmente o Estado Democrático de Direito e o ordenamento jurídico brasileiro ao não presumir inocência e não permitir o acesso ao devido processo legal. É inaceitável que a democracia conviva com um modelo de polícia que ainda age ao arrepio da lei, executando sumariamente as pessoas, exercendo um poder muito maior do que legalmente lhe cabe. Nesses casos, assume os papéis de investigador, de juiz e de executor, imputando, de fato, aos cidadãos mais pobres e vulneráveis uma pena terminantemente proibida pela Constituição: a pena de morte.

Nos últimos anos tem-se registrado pelo menos 50 mil mortes violentas no Brasil, número muito superior ao de países que se encontram em guerra civil. Quando analisado o perfil de quem mais morre, constata-se que 70% são jovens, negros e moradores das periferias, fruto de um processo intitulado pelos movimentos sociais e de direitos humanos como extermínio da juventude negra.

Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2013 mostra quão arriscado é ser negro no Brasil, mesmo com todos os esforços promovidos nos últimos anos pelo governo federal na adoção de políticas de promoção da igualdade racial. Os dados são alarmantes.

De acordo com a pesquisa, de cada três assassinatos praticados no Brasil, dois vitimam negros. O risco de um jovem negro ser morto é 3,7 vezes maior que o de um jovem branco. Há uma perda na expectativa de vida devido à violência letal 114% maior para pessoas negras. Por fim, o estudo apresenta um dado digno da maior atenção: caso não haja uma mudança de rumo, pelo menos 36 mil brasileiros com idade entre 12 e 18 anos serão assassinados até 2016, de acordo com o atual cenário.

Propostas legislativas como a PEC 51, de desmilitarização das polícias, de autoria do senador Lindberg Farias (PT-RJ), são fundamentais para o avanço da democratização desse setor. A alteração da arquitetura institucional da segurança pública brasileira – mais um legado da ditadura que permanece inalterado nestes 25 anos de vigência da Constituição Cidadã – precisa ser profundamente debatida e pode ser decisiva para diminuir a brutalidade policial letal contra os mais vulneráveis e interromper a criminalização da pobreza, ambos processos de intensificação do racismo. A desmilitarização e a mudança no modelo policial podem até não dar conta de toda a problemática, mas, sem dúvida alguma, é um passo indispensável.

Ainda estão muito vivos na sociedade e entranhados nas instituições brasileiras os legados deixados pela ditadura. Os sistemas de segurança vigentes no Estado, em todos os seus níveis – locais, regionais e nacionais –, são fortemente fundamentados na cultura da repressão, do autoritarismo e da violência.

O desafio de romper com esse modelo discriminatório e opressivo passa diálogo e pelo fortalecimento de valores democráticos de um Estado cada vez mais garantidor de direitos e indutor de um modelo de desenvolvimento econômico e social inclusivo, promotor de políticas públicas emancipatórias e cidadãs, profundamente comprometido com a dignidade humana.

* Senadora (PT-ES), presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado

Fonte: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/ampliar-democracia-exige-por-fim-aos-legados-da-ditadura?page=full>

Em Foco I

Marco Civil da Internet e o oligopólio

Luciano Martins Costa*,
em 25/04/2014 na edição 795

A aprovação do Marco Civil da Internet, considerado por especialistas como um modelo avançado para assegurar os princípios de transparência, segurança e privacidade na rede mundial de comunicação digital, é parte de uma verdadeira epopeia que mobiliza ativistas dos direitos civis desde a Constituinte de 1988. Trata-se de um exemplo de como certas conquistas podem demorar tanto a se consolidar que uma nova tecnologia acaba por suplantar a própria razão da luta.

Ainda não havia a internet, e o sistema francês chamado Minitel era a coisa mais parecida com uma rede integrada de telecomunicação informatizada, quando alguns acadêmicos e jornalistas brasileiros intensificaram os debates sobre o sistema tradicional da mídia. No final da década de 1980, o mercado brasileiro se caracterizava pela forte concorrência, principalmente nas cidades onde as grandes empresas disputavam a hegemonia na distribuição nacional de informações.

Com o advento da rede mundial de computadores e a rápida expansão de domínios privados e sites pessoais ou de pequenas empresas, os gigantes da imprensa começaram a se unir para defender o que consideram seu interesse. Nesse processo, o *Jornal do Brasil* perdeu relevância, deixando o *Globo* em situação privilegiada no Rio, e, na capital paulista, o *Estado de S.Paulo* e a *Folha de S.Paulo* aplainaram suas diferenças e se associaram, formando com o Grupo Abril e as Organizações Globo um conglomerado compacto cujo poder se consolida apesar da perda de público, de receita e de audiência. Enquanto isso, os defensores da democratização da comunicação viam seu movimento se fragmentar em dezenas de entidades, que não encontravam uma agenda comum.

São muitos os fatores capazes de mobilizar as vontades em favor de um sistema de mídia menos dependente do poder econômico, e isso faz com que se construa um arco tão amplo quanto ineficaz, que reúne desde fundadores da internet até jovens contrários à Copa do Mundo no Brasil, cuja palavra de ordem mais próxima do tema é: “Fora, Rede Globo”.

Para onde vai o dinheiro

Os ativistas viram chegar ao poder, em 2002, o partido que consideravam capaz de promover a mudança nas regras do jogo, mas o debate se dividiu entre o propósito de descentralização e o projeto de construir um sistema paralelo, baseado na mídia pública, nas iniciativas comunitárias e no poder de organização das entidades civis.

O modelo para a construção dessa rede foi criado na área cultural pelo ex-ministro Gilberto Gil, com o sistema de editais para os Pontos de Cultura, que deram origem aos chamados coletivos de comunicação. Levado adiante, esse modelo poderia gerar milhares de iniciativas regionais e comunitárias que, integradas pela internet, produziram um sistema orgânico, descentralizado, autônomo e competitivo ao ponto de atrair apoio até mesmo do setor privado.

Mas, por alguma razão nunca esclarecida, o projeto estagnou e vem sendo desmantelado, levando milhares de jovens empreendedores de volta ao ponto de partida, sem suporte para seus projetos de expressão cultural. Esse processo está na raiz de manifestações que eclodem aqui e ali, e que são espertamente exploradas pela mídia hegemônica.

Nesse cenário, as entidades que originalmente elaboraram a campanha pela democratização da comunicação no Brasil voltam a centralizar suas ações na defesa de uma política que leve o governo federal a contemplar com parte dos recursos de publicidade a chamada mídia alternativa.

Os agentes públicos encarregados de distribuir a verba se aferram ao chamado “critério técnico”, pelo qual leva mais quem tem mais audiência, sob críticas de especialistas, que questionam a validade de tais métodos. Assim, sistemas imprecisos de mensuração garantem que as grandes empresas continuem recebendo o grosso da verba publicitária oficial, principalmente na TV, usando o dinheiro para produzir programas de apelo popular, sem qualquer preocupação com o efeito educativo que devem ter as iniciativas de negócio baseadas em concessão de serviço público.

O Marco Civil da Internet aponta para a frente, olhando o desenvolvimento futuro da mídia digital. No presente, o que se vê é uma política que privilegia justamente as forças que se opõem a um modelo de comunicação multissetorial, transparente, livre e vinculada aos interesses da sociedade.

* Comentário para o programa radiofônico do *Observatório da Imprensa*, 25/4/2014

Fonte: http://www.observatoriodaimpresa.com.br/news/view/marco_civil_da_internet_e_o_oligopolio

Em Foco II

Centroamérica: ¿hacia un nuevo equilibrio político?

Sin caer en optimismos desmesurados, los triunfos alcanzados en los últimos meses permiten mirar con relativa esperanza el futuro, siempre que el diálogo y la voluntad de encuentro entre los gobiernos, así como la solidaridad entre los pueblos –como antídoto contra el veneno de los chovinismos que nos separan- se impongan como los valores que impulsen la construcción de la nueva Centroamérica que queremos ver nacer.

Andrés Mora Ramírez / AUNA-Costa Rica

Los resultados de las elecciones presidenciales en Honduras, El Salvador y Costa Rica, celebradas entre noviembre del año anterior y abril del presente, configuran un escenario inédito en Centroamérica, impensable, por ejemplo, hace 25 años, cuando la firma de los Acuerdos de Paz de Esquipulas apenas insinuaba la posibilidad de dar los primeros pasos en la construcción de sistemas políticos más o menos estables y democracias representativas en una región desangrada por la violencia política, militar e ideológica.

A la vuelta de ese cuarto de siglo, la Centroamérica actual nos muestra un escenario de recomposición de los equilibrios de fuerzas políticas que, a su vez, expresa tendencias de cambio social y cultural en curso de no poca importancia: dos antiguos movimientos guerrilleros de liberación nacional, de base nacional-popular, conforman gobierno desde hace dos lustros en El Salvador y Nicaragua –el Frente Farabundo Martí y el Frente Sandinista, respectivamente-; en Honduras, el Partido Libre, que surgió del Frente Nacional de Resistencia al golpe de Estado de 2009, fracturó la hegemonía histórica de “liberales” y “nacionales”, y se convirtió en la segunda bancada con mayor representación en el Congreso hondureño; y en Costa Rica, el triunfo del Partido Acción Ciudadana rompió el bipartidismo neoliberal que nació con la crisis de los años 1980 y los tiempos del sometimiento al FMI, al tiempo que el Frente Amplio obtuvo la mayor votación de la izquierda (9 de 57 diputados) desde la fundación del Partido Comunista en 1931.

Más allá de los matices que distinguen a cada una de estas agrupaciones, y las diferencias legítimas que puedan esgrimirse sobre si se trata de partidos de izquierda, de centro o una derecha maquillada; o sobre si sus programas son anticapitalistas, antineoliberales o solamente reformistas; lo cierto es que este diverso arco de fuerzas constituyen, a su manera y en las adversas condiciones que cada una enfrenta, nuestra *primavera democrática y progresista*.

Por supuesto, este avance que señalamos en el balance de fuerzas a nivel regional no se puede comprender aislado del proceso de transformación política y de ajuste económico, de signo neoliberal, que experimenta Centroamérica desde la década de 1990, caracterizado, entre otras cosas, por el ascenso de élites empresariales y tecnocráticas que ganaron protagonismo en los poderes Legislativo y Ejecutivo.

De la mano de estos personajes, suerte de agentes del capital transregional y transnacional, también se consolidaron como actores protagónicos de la política centroamericana los llamados *nuevos grupos de poder económico* (empresarios del *boom* neoliberal, con inversiones en toda la región, y con vínculos con capitales estadounidenses, mexicanos y colombianos), en virtud de la enorme influencia que lograron ejercer sobre los procesos e instancias de toma de decisiones, que les permite orientar las políticas económicas y públicas a favor de sus propios intereses; así como por su control prácticamente absoluto de los medios de comunicación y la ausencia de legislaciones que regulen el acceso a los medios, en condiciones de igualdad, para todos los sectores de la sociedad.

La acción de estos grupos económicos y su tecnocracia aliada también tiene un impacto cultural en nuestras sociedades, visible en la gestación de un *sentido común neoliberal* en el que el *sector privado* de la economía pasa a ocupar un lugar central en la articulación de las relaciones sociales y productivas, como conductor de la *modernización hacia afuera* que exige la globalización.

¿Qué posibilidades tendrán ahora los gobiernos progresistas y las fuerzas presentes en los congresos centroamericanos, para revertir esta realidad? ¿Acumularán respaldo popular suficiente para impulsar, desde sus respectivos espacios de acción, las transformaciones necesarias para las grandes mayorías?

Las pruebas y peligros que deberán enfrentar no son pocos. Pero, sin caer en optimismos desmesurados, los triunfos alcanzados en los últimos meses permiten mirar con relativa esperanza el futuro, siempre que el diálogo y la voluntad de encuentro entre los gobiernos, así como la solidaridad entre los pueblos –como antídoto contra el veneno de los chovinismos que nos separan- se impongan como los valores que impulsen la construcción de la nueva Centroamérica que queremos ver nacer.

Fonte: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/marco_civil_da_internet_e_o_oligopolio

Em Foco III

Ditaduras na América Latina: por onde começar?

Sandra Quintela*

Adital

A história da América Latina é constituída por processos exógenos que marcaram profundamente sua maneira de ser e estar nesse mundo. Desde o Brasil é tão difícil falar em América Latina. Afinal as coisas acontecem "lá na América Latina"... Ainda mais as ditaduras que aqui passaram e continuam a passar como um espectro que nos ronda sombriamente. E muitas perguntas continuam no ar: Por que existiram essas ditaduras? A quem favoreceram? Serviram para instalar que forma de sociedade? Houve similaridades entre elas? Que grupos econômicos estavam por trás? Que modelos de desenvolvimento norteavam o projeto econômico em curso? Que polícia nós herdamos? Enfim, muitas questões que precisam ser respondidas e estão aos poucos voltando à baila, e no Brasil em particular, tardiamente, neste ano em que o golpe de Estado completa 50 anos.

A história dos golpes latino-americanos não se restringe ao século passado. Na história recente da América Latina podemos lembrar-nos de pelo menos duas tentativas e três golpes de estado foram instituídos em pleno século XXI. Estamos falando da tentativa de golpe na Venezuela em abril de 2002 e na Bolívia em 2008; o consolidado golpe de Estado no Haiti de fevereiro de 2004; em Honduras, em junho de 2009; e no Paraguai, em julho de 2012. Com todo esse ciclo de novos golpes, com se comporta e atua a esquerda hoje na América Latina? Como se manifesta a solidariedade concreta e permanente? Será que perdemos o sentimento desse internacionalismo socialista? Em plena segunda década do século 21, são poucas as organizações que têm um trabalho, seja ele qual for, de solidariedade concreta com a América Latina e Caribe. Elas existem e atuam, mas, são poucas.

E aí vem uma onda nostálgica. Fico lembrando da minha juventude quando sonhávamos em estar nas montanhas da Nicarágua, colhendo café, apoiando no processo de alfabetização, aprendendo com aquelas mulheres incríveis revolucionárias que tanto nos ensinaram. Em 1979 chegava ao poder a Revolução Sandinista. Imaginem o momento: entrando nos 80s, a famosa "década perdida". A década do nascimento dos yuppies de Wall Street. Que momento, não? Um país pequeno da América Central resolve enfrentar o império. E logram uma revolução que foi destruída, principalmente, pela ação dos contrarrevolucionários que

não deixaram a Nicarágua em paz. Milhões de dólares de financiamento do governo americano através da CIA alimentavam uma guerra sem fim contra as transformações que tomavam o país (reforma agrária, alfabetização, participação popular, etc. etc.).

Nos anos 70 e 80 do século passado vivíamos em nosso cantinho no mundo situações absolutamente dispare. Enquanto a Revolução Sandinista nos fazia sonhar, nessa mesma década de 70 o Cone Sul era sangrado por torturas e mortes. A Argentina com seus mais de 30 mil desaparecidos no último dos seis golpes de Estado que sofreu ao longo do século XX. Essa ditadura começou em 1976 e durou até 1983. O Chile de Pinochet, de 1973 a 1990. Uruguai, de 1973 a 1985. A ditadura do Paraguai, de 1954 a 1989, com Alfredo Stroessner, apresenta características mais específicas, mas, com a Operação Condor resolvem-se, do ponto de vista da ditadura, os possíveis descompassos que houvesse na região. A estratégia-síntese de atuação no Cone Sul – Operação Condor – plantava o terror com sequestros e perseguições.

E nesses anos 70, 80 e até o começo dos anos 90 era forte na esquerda ocidental o sentimento e a prática da solidariedade internacional.

Havia comitês espalhados pelo mundo em apoio à Revolução Sandinista. O exilado político sul-americano podia pedir asilo político na França, na Holanda, no México ao mesmo tempo em que em muitos países eram constituídos comitês de apoio a refugiados. Organizavam-se palestras, exposições, recitais, etc. etc.. Parecia mais real a famosa frase de Che "Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros".

Finalizando o século XX na América Latina, vivíamos esses tempos. Uma região que estava sendo esgarçada sendo puxada ao norte e ao sul por processos radicalizados que nos fizeram chegar ao século XXI marcados por muita luta, resistência, violência, solidariedade, torturas, desaparecimentos e uma sede louca de nos ver como região e como uma só luta. Ao mesmo tempo, as ditaduras foram acabando e as democracias foram domando as populações pelo consumismo, pela hegemonia ideológica e pelos programas compensatórios.

No Brasil há 50 anos, um golpe duríssimo assolou o país. O primeiro de um ciclo de golpes no Cone Sul. Em 64 não era apenas a ditadura que começava no Brasil. Ali estava sendo gestada uma onda de golpes civil-militares que impuseram um modelo de desenvolvimento ao Cone Sul baseado no favorecimento a grandes grupos econômicos, a um processo de sobre endividamento público que nos faz pagar uma gorda conta até hoje, ao fim de processos de reformas de base; a criminalização sistemática das lutas e movimentos sociais.

Que herdamos como sociedade após cinquenta anos do golpe e 29 anos da redemocratização iniciada em 1985? Redemocratizamos mais a sociedade? Desmilitarizamos a polícia? Fizemos auditoria da dívida externa conforme prevê a Constituição de 88, a "Constituinte Cidadã"? Fizemos as reformas de base anunciadas por João Goulart em 13 de março de 1964?

Memória, verdade e justiça! Memória tão importante para sabermos quem somos, de onde viemos, como nos formou, como resistimos, como lutamos, como festejamos, como culturalmente nos expressamos. Resgate das injustiças cometidas, os crimes, pelos os torturadores, pelos grupos econômicos, pelos governantes de então e pelas agências internacionais que apoiavam os ditadores política e financeiramente. Verdade para contar a história de outra maneira. Lamarca, Marighela, Herzog, Rubens Paiva, Zuzu Angel, e tantos e tantas mais são nossas referências de luta e resistência. Justiça em um país que continua mandando o latifúndio rebobinado pelo agronegócio. Manda quem tem. Manda quem é rico. E isso é tão naturalizado que a polícia militar pode fazer o que quiser na favela. Pode tudo, até um carro da polícia arrastar uma mulher negra mãe de quatro filhos pela rua, como se transportasse um pacote de carne. Um sentimento de impunidade e legitimidade que o Estado outorga a essas criaturas que cometem um ato como esse.

O que herdamos da ditadura civil militar instalada na América Latina?

Não tivemos tantos mortos ou desaparecidos como na Argentina, Paraguai ou Chile. O processo de desnudar e reparar as violações de direitos humanos também se deu de maneira diferenciada. Na Argentina o ex-ditador argentino Jorge Rafael Videla morreu na prisão em 2013 aos 87 anos. Ele cumpria duas penas de prisão perpétua por crimes contra a humanidade cometidos durante o seu período à frente da ditadura argentina (de 1976 a 81) encarcerado em prisão comum.

Tanto a Argentina como o Uruguai parece olhar mais atentamente para o passado, para conseguir seguir a passos mais largos no sentido da democratização de suas sociedades.

Aquele sentimento de solidariedade internacional tão forte que vivíamos nos primórdios da atual fase do capitalismo financeirizado – anos 80, 90 – se torna cada vez mais focado em situações precisas do cotidiano. O transpassar fronteiras e horizontes e olhar nosso mundo com o olho de companheirxs, parece cada vez mais urgente e necessário. Aqui e lá.

A campanha continental contra a ALCA lançada em 2002 no Fórum Social mundial foi um desses magistrais esforços de sermos um só continente com todas as nossas diferenças.

Há uma crescente escalada militarista em toda a nossa região e no mundo. Leis cada vez mais antidemocráticas entram em cena. Aproveita-se de mega eventos para aprovar essas leis. Quem vendia as armas na época da ditadura? Quem vende armas hoje? Quem está sendo fornecedor dessas milionárias compras de armas e equipamentos para a Copa? Só de bolas de borrachas R\$30 milhões. Quem as vende?

Nos falta talvez, exercitar mais a solidariedade concreta. Em 2014 não é só o ano da copa. São 10 anos do golpe e consequente ocupação militar no Haiti. O que está sendo feito de concreto para, de maneira sistemática, demonstrar nossa solidariedade concreta com esse povo com o qual temos uma dívida histórica? Eles foram os primeiros a conquistar a liberdade em tempos de colonialismo.

Enfim, muitas perguntas a responder e a pesquisar nesses 50 anos de ditadura no Brasil, já que é sobre América Latina que eu devo discorrer.

As jornadas de junho reinauraram uma etapa de povo na rua. É necessário seguir no esforço de continuar nas ruas e ter vitórias. Avançar no direito ao território. Avançar nas reformas de base. Avançar na agenda de democratização radical do Estado brasileiro.

Ditadura nunca mais!

Solidariedade e Luta: Sempre!

*Sandra Quintela e economista do Pacs/Jubileu Sul

Fonte: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79997>

Em Foco IV

Colômbia, marcha à ré pintando

Luiz Eça *
29 / 05 / 2014

Depois de 50 anos, o fim da guerra civil na Colômbia parecia estar perto.

220 mil mortos- dos quais 177 mil civis – e entre 3 a 5 milhões de desalojados eram terríveis cifras que certamente cresceriam caso a luta continuasse.

Felizmente, o acordo de paz com as guerrilhas da FARC avançava.

Não se pode negar os méritos do presidente colombiano, Juan Manuel Santos.

Conservador, porém pragmático, ele entendeu que valia à pena repetir o “*paix de braves*”, com que o General de Gaulle e os rebeldes firmaram a independência da Argélia, esquecendo o passado de sangrentas lutas.

Além de ter sido o mentor das negociações de paz com as FARC, Santos ainda contava com alguns outros pontos a seu favor.

No seu governo, a Colômbia tornou-se um dos três países de maior crescimento da América Latina, com 4,3% previstos para 2014 (o Brasil não chegará nem a 2%). O PIB per capita foi de 5.209 dólares, em 2009, para 8.017, em 2013.

As contas públicas encontram-se perfeitamente equacionadas. A inflação é baixa, apenas 3,2%.

É verdade que esses bons resultados na economia pouco reflexo tiveram na população pobre já que a Colômbia continua em penúltimo lugar em desigualdade social na América Latina. 1% ganha 20% dos recursos totais do país. 49% da população, não mais do que um salário-mínimo (DIAN, Direção Nacional de Impostos).

O desemprego chega a quase 10%. A pobreza é de 40% e a extrema pobreza alcança mais de 9%.

Apesar destes maus índices sociais, Santos tem feito o possível para melhorar a situação das classes pobres. Desde o início do seu governo em maio de 2010, ele já retirou da extrema pobreza 700 mil pessoas e da pobreza, 1 milhão e 700 mil pessoas.

Não ficou nisso.

Criou uma entidade para fazer justiça a vítimas da guerra civil. Seu objetivo é restituir terras aos camponeses que as perderam por violências ou outros meios ilegais, pagando, quando for o caso, indenizações.

360 mil pessoas já foram beneficiadas, pouco diante dos milhões de desalojados, mas, de qualquer forma, um bom começo.

Nas conversações com as FARC, em Havana, Santos comprometeu-se a intensificar o processo de recuperação das terras. E ainda comprometeu-se com um plano de reforma agrária, com distribuição de terras e apoio técnico e financeiro aos agricultores.

Na campanha presidencial, Santos enfrentou Zuluaga, ex-ministro da Fazenda e *protegé* de Álvaro Uribe, o anterior presidente.

A plataforma política do opositor dava destaque a críticas ao processo de paz com as FARC, especialmente o perdão aos chefes da guerrilha, acusando ainda Santos de pretender tornar a Colômbia fantoche de Cuba e do chavismo.

E prometia suspender as negociações com as FARC.

Era uma escolha entre a paz e a guerra.

Pela lógica, só podia dar Santos.

Nos primeiros meses, parecia que ia ser assim: Santos venceria por muitos corpos.

Mas, na reta final, Zuluaga acabou à frente.

A imprensa colombiana tem muitas explicações.

O fator Uribe parece ser o principal.

Ele era aliado de Santos, que foi seu ministro da Defesa.

Romperam quando o atual presidente, logo após sua posse, em 2010, apressou-se em restabelecer boas relações com a Venezuela, de Chaves, com quem Uribe tinha brigado de morte.

Casus belli foi também a decisão de Santos de negociar a paz com as FARC, que seu antecessor quer destruída.

É inegável que Uribe tem um imenso carisma, todos consideram que se trata do político com maior apoio popular na Colômbia.

Acredita-se que, principalmente por ter imposto muitas derrotas às FARC, a qual a maioria dos colombianos vê como causa das grandes perdas humanas e das devastações trazidas pela guerra civil.

De outro lado, há acusações graves sobre o comportamento do governo Uribe no conflito: sua posição diante dos paramilitares, o caso dos falsos positivos e os assassinatos impunes de ativistas esquerdistas e sindicais.

Os paramilitares eram grupos armados de irregulares criados pelo exército colombiano, por conselho de assessores americanos, para combater guerrilheiros e militantes de esquerda, com mais flexibilidade.

Por serem uma força irregular, não estavam sujeitos a regulamentos, nem ao controle das autoridades, podendo matar sem restrições.

Formavam verdadeiros esquadrões da morte, que logo ampliaram seus objetivos, associados e protegidos por elementos do exército e da política.

Diz o padre Javier Giraldo em “A Democracia Genocida”, que pelo menos 40% do legislativo colombiano, chegou a ter laços com eles.

Algum tempo depois de sua fundação, os paramilitares passaram também a atacar camponeses, para lhes tomar suas terras, em benefício próprio e também de latifundiários, que os haviam contratado para isso.

Nos conflitos pela terra, de 70% a 80% das vítimas foram mortas por esses grupos.

Seguiram também o exemplo dos guerrilheiros, explorando o tráfico de tóxicos. Com bastante sucesso, já que, a certas alturas, detinham 40% dos negócios de exportação de cocaína e outras drogas similares.

À reação combinada da opinião pública, da Justiça e dos parlamentares de esquerda e centro, somou-se a dos EUA, em sua cruzada internacional contra as drogas.

Os 3 poderes tiveram de agir.

Criou-se uma lei especial para lidar com o problema, em 2002.

Nos anos seguintes, a principal organização paramilitar, a AUC, foi obrigada a fechar suas portas. Os milicianos paramilitares, envolvidos em piores crimes foram presos. Aos demais, ofereceu-se a reintegração na sociedade e o perdão desde que entregasse suas armas e confessassem suas ações.

Dos cerca de 31 mil paramilitares, 20 mil aceitaram a desmobilização, enquanto mil foram condenados à prisão, extraditados para os EUA ou simplesmente sumiram.

Os 10 mil restantes formaram novas gangs ou se associaram às existentes. E continuaram agindo.

Segundo Luiz Gallon, presidente da OAB local, em depoimento ao embaixador americano, John Creamer, existiriam ainda muitos desses grupos em ação, depois da desmobilização.

Na cidade de Buenaventura, por exemplo, a *Human Rights Watch* descobriu que: “Vizinhanças inteiras foram dominadas por poderosos grupos sucessores dos paramilitares, que restringiram os movimentos dos moradores, recrutam seus meninos, estorquem negociantes e rotineiramente se engajam em horríveis atos de violência contra quem se opõe à sua vontade.”

A *Human Rights Watch* denuncia que a polícia nada faz para combater esses criminosos.

Uribe é acusado de ser excessivamente leniente com os paramilitares na elaboração e aplicação da lei que tratava da situação deles.

Em 2010, um relatório da ONU diz que, nesse processo liderado pelo governo, a vasta maioria dos paramilitares responsáveis por violações dos direitos humanos foram desmobilizados sem investigação.

Foi também a ONU que, através de Navi Pillay, sua Alta-Comissária para Direitos Humanos, revelou uma prática criminosa tão “sistemática e ampla” no exército que configura “um crime contra a humanidade”.

Soube-se que, militares matavam camponeses e apresentavam seus corpos vestidos com uniformes de guerrilheiros para conseguir promoções e outros benefícios.

No início, Uribe negou o fato.

Mas a descoberta de um cemitério clandestino, junto à base militar de La Macarena, com 2.000 corpos de civis ali enterrados, provou ser verdadeiro.

A *International Federation for Human Rights* contabiliza em 3.000 o número total de vítimas.

Foi o chamado escândalo dos “falsos positivos”, que deixou mal a imagem do governo Uribe.

Esta imagem também foi prejudicada pelos assassinatos impunes de líderes sindicais, esquerdistas e ativistas de direitos humanos.

Só os sindicalistas mortos foram cerca de 200. O que indignou os sindicalistas americanos. Durante vários anos eles pressionaram o Congresso a rejeitar o Acordo de Livre Comércio (ALCA) EUA-Colômbia.

E tiveram sucesso: somente há pouco os EUA aceitaram a Colômbia na ALCA.

Encerrado o governo Uribe, seu assessor mais próximo, seu secretário pessoal, dois ministros e outros aliados estavam na prisão ou perseguidos pela justiça em consequência de suas atividades ilegais.

Em 2014 deste ano, o procurador-geral da república ordenou investigações contra Uribe por ligações estreitas com os paramilitares, além de outras questões.

Mesmo assim, ele foi decisivo no primeiro turno, na vitória do seu pupilo, o obscuro Zuluaga.

Teria o eleitorado colombiano preferido a guerra, em vez da paz?

Acredito que não.

Uma abstenção recorde de 60% mostra uma falta de credibilidade dos candidatos.

Acho que a maioria do povo não acredita, nem que Santos consiga uma verdadeira paz, nem que a solução violenta de Zuluaga acabe com a guerra.

É difícil dizer se os ausentes manterão sua postura no segundo turno ou, se resolverem votar, quem será o preferido.

É preciso levar em conta também os eleitores dos candidatos derrotados da esquerda, dos ambientalistas e dos conservadores tradicionais.

Pela lógica, os dois primeiros partidos ficariam com Santos.

Embora conservador, o presidente atual tem demonstrado sensibilidade social e uma postura progressista.

Lembro sua ação para devolver as terras aos camponeses desalojados e o acordo com as FARC para se efetivar uma reforma agrária no país. Em diversas ocasiões, ainda, ele fez elogios ao “Fome Zero”, considerando-o “uma inspiração.”

Santos formou com as demais nações latino – americanas na defesa do governo Maduro , rejeitando a proposta do Panamá, patrocinada pelos EUA, de investigação da crise venezuelana, criticando as possíveis sanções do governo de Washington à Venezuela e declarando-se favorável ao UNASUL, além de ter reatado as relações com o governo de Chavez no início do seu mandato.

Já Zuluaga, fiel seguidor de Uribe, chama a UNASUL de organização cubano-chavista, aceita negociar com as FARC desde que seus dirigentes aceitem a cadeia...

Mas ser ilógico não é raridade no gênero humano.

Diversos líderes da corrente esquerdista já defenderam o voto nulo, “por serem os dois de direita”; Peñalosa, o candidato ambientalista derrotado, já foi apoiado por Uribe e tem boas relações com ele, e os conservadores tradicionais, que ficaram em 3º, embora a favor da paz, desconfiam das aberturas de Santos, favorável ao casamento gay e à discussão da descriminalização da maconha.

Não será surpresa se Zuluaga e Uribe vencerem.

E com eles, vencerão a guerra, o desrespeito aos direitos humanos, uma brecha na unidade sul-americana, muitos passos atrás no processo político colombiano.

*Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo.

Fonte: ALAI, *América Latina en Movimiento*, <http://alainet.org/active/74172>

Espaço Aberto I

Vítima de tráfico para fins de exploração sexual: uma categoria em busca de consenso

José Gonçalo Zúquete*
Profª Drª Edinilsa Ramos de Souza**

Atualmente, o discurso dos direitos humanos sobre a questão do tráfico de mulheres tem se preocupado em distinguir o tráfico de mulheres da prostituição. Para realizar tal distinção, esse discurso tem lançado mão de elementos fundamentais como a ameaça, o uso de força ou de outras formas de coação, o rapto, a fraude, o engano, o abuso de autoridade, a situação de vulnerabilidade, a entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração sexual.

De acordo com Doezema (2013) as pesquisas sobre tráfico de mulheres têm sido dominadas por estudos empíricos em que os legisladores e organizações não governamentais buscam saber estatisticamente quantas mulheres têm sido traficadas e quais os seus países de origem e destino. No entanto, empiricamente este enfrentamento ao tráfico tem sido muito polêmico, em parte pelos interesses e ideologias que permeiam este discurso.

Os números em relação ao tráfico de mulheres para fins sexuais não são consensuais e, não raras vezes, são instrumentalizados de acordo com agendas informadas por valores morais e pelo objetivo de controle das fronteiras (SANTOS, 2010).

Como exemplo, dados recentes e espantosos da *Red Espanola contra la trata de personas* (2012), oriundos de 26 organizações internacionais apontam que, anualmente, na Europa, cerca de 1 milhão de imigrantes são

forçadas à prostituição. Desse total, 90% passam por bordéis na Espanha, Itália, Grécia, Alemanha, Bélgica, Holanda, Suíça e Portugal, sendo revendidas por quadrilhas de traficantes. De acordo com este relatório, a revenda de mulheres, muitas delas menores de idade, aumentou em 50% nos últimos cinco anos e movimenta cerca de US\$ 7 bilhões por ano (cerca de R\$ 14 bilhões em valores de maio de 2014).

No Brasil, entre 2005 e 2011, o Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Assistência Consular (UNODC, 2013) identificou 337 brasileiras(os) vítimas de tráfico para fins sexuais.

Em Portugal, dos 25 casos suspeitos de tráfico para exploração sexual, no ano de 2012, houve quatro confirmações até agosto desse ano, sendo todos do sexo feminino e de nacionalidade estrangeira (OTSH, 2013).

Augustin (2008) menciona que nos grandes eventos mundiais em que se discute oportunamente o tráfico de mulheres e a prostituição, é frequente serem os mesmos palestrantes e ouvir-se o mesmo discurso que entende por tráfico qualquer movimento de mulheres para prostituição:

Ouve-se que a prostituição é escravidão e violência conta a mulher; na prostituição, os homens forçam mulheres a ter sexo com eles, e que tráfico e prostituição são a mesma coisa, onde a única solução é a abolição e punição para os exploradores (AUGUSTIN, 2008:159).

Os dados empíricos que circulam, tanto em fóruns acadêmicos como nos meios midiáticos, são imperativos para o consenso sobre o que se entende por este fenômeno.

De fato, o enfrentamento ao tráfico, tem sido preocupação de vários órgãos da sociedade civil e do estado. A exemplo disso, no contexto de Portugal, a igreja demonstra interesse em apoiar as vítimas de tráfico, com abertura dos conventos que estão abandonados:

“O director da Obra Católica das Migrações (OCPM), frei Francisco Sales, defendeu a abertura de muitos dos conventos religiosos que “estão às moscas” para a assistência e acolhimento a vítimas de tráfico” (PUBLICO, 2014).

De acordo com Kempadoo (2005), raramente se verifica de maneira sistemática que as mulheres sejam abduzidas ou sequestradas, acorrentadas às camas em bordéis e mantidas como escravas sexuais, no entanto esta é a imagem transmitida pela mídia:

“Maria” chegou a Portugal com o desejo de conhecer um novo país e com a determinação de trabalhar e juntar dinheiro para ajudar a sua família. Mas ... assim que chega a Portugal, “Maria” é colocada num apartamento, e sujeita a várias agressões físicas, verbais e sexuais” (EXPRESSO, 2014).

Existe uma representação social em torno da mulher que é traficada a cujo perfil Blanchete (2011) denomina de “mito de Maria”. No Brasil, frequentemente, ela é tida como jovem, negra ou mestiça, de classe social baixa e com baixa escolaridade (PESTRAF, 2002). Também costuma ser retratada como mulata, pobre, do interior ou do Nordeste brasileiro, residente em favela, e de boa família. Isso reforça uma imagem estereotipada da mulher traficada.

Castilho (2008), numa análise de sentenças penais, observou que há uma associação da mulher traficada à prostituição e à pobreza e que o fato de o exercício da prostituição não ser socialmente reconhecido como trabalho contribui para isso:

O juiz, ao aplicar a sentença penal, confirma a ideia socialmente construída de que mulheres pobres e pouco instruídas servem ao mercado do sexo e que a solução do problema consiste na melhoria das condições de educação, emprego e saúde. A análise das decisões judiciais ressalta, de um lado, a centralidade do tema da prostituição e, de outro, a ambiguidade decorrente da não criminalização de quem exerce a prostituição, mas de criminalizar quem a promove ou facilita (CASTILHO, 2008:21).

A migração da condição de prostituta para a de vítima de tráfico é, em grande parte das vezes, um não reconhecimento da atividade de prostituição como trabalho. No entanto, essa passagem à condição de vítima nem sempre traz melhorias à vida das mulheres. Um estudo dinamarquês realizado com mulheres nigerianas identificadas como vítimas de tráfico demonstra que o apoio recebido do programa de assistência às vítimas

teve pouco significado em suas vidas um ano depois de voltarem para seu país de origem, mencionando inclusive que se sentiam mais seguras na situação de prostituição vivenciada na europa (PLEMBECH, 2013).

No início do século XX, quando se começou a discutir a questão do tráfico de mulheres, com a denominada escravatura branca, Emma Goldman (2013) mencionou a questão do capital envolvido neste fenômeno: Qual é realmente a causa do tráfico de mulheres? Não apenas das mulheres brancas mas também amarelas e negras. A exploração sem dúvida, mas também o impiedoso monstro do capitalismo que se alimenta no trabalho mal pago. Desta forma levando milhares de mulheres e crianças para a prostituição (GOLDMAN, 2013:1901).

Na indústria do sexo transnacional, além dos atores envolvidos, há o interesse da economia internacional, visto que este é muito lucrativo em termos econômicos. De fato, as economias nacionais têm um lucro muito elevado dadas as remessas que estas mulheres que emigram enviam para seus países de origem, a fim de ajudar suas famílias. Em países como a República das Filipinas, há inclusive um treinamento que motiva mulheres à imigração com fins sexuais e as prepara para ingressarem na indústria do sexo (JEFFREYS 2010). De modo distinto, mas com finalidade de “contornar” a crise, a mídia espanhola trouxe recentemente notícias de cursos para prostitutas:

“O desemprego está a levar um número cada vez maior de espanholas a dedicar-se à prostituição. Perante este facto, a associação de trabalhadoras sexuais Aproxex decidiu oferecer às interessadas um curso intensivo de “profissionalização” (JN, 2014).

“Crise promove curso intensivo para ser prostituta” (CORREIO, 2014).

O ponto central deste debate é que na base das políticas e ações parece estar em jogo a preocupação com o controle das fronteiras e da prostituição. O modo como cada país lida com a prostituição é fundamental para as formas como o tráfico de mulheres é enfrentado (SANTOS et al, 2009:70).

Algumas críticas à atual política de combate ao tráfico mencionam que ela foi construída como uma guerra ao crime internacional, com vistas ao controle da imigração e sem priorizar a dimensão do sujeito e os direitos das vítimas (DIAS, 2011; KEMPADOO, 2005).

Verifica-se que o conceito de vítima de tráfico é construído em torno de discriminações e preconceitos que vão qualificando o sujeito como “migrante”, “vítima”, “indocumentado”, “pobre”, “prostituta”, dentre outros, mas que ignoram a pessoa em si, quem ela é em concreto.

Referências:

AUGUSTIN, Laura. Sex at the Margins: Migration, Labour Markets and the Rescue Industry. London: Zed Books, 2008.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 31, dez. 2008.

CM. Crise promove curso intensivo para ser prostituta. Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/internacional/mundo/crise-promove-curso-intensivo-para-ser-prostituta>. Acesso em Abril de 2014.

DOEZEMA, Jo. Sex Slaves and Discourse Masters. Zed Books [Kindle Edition] 2013.

DIAS, Guilherme Mansur. Reflexões sobre políticas para migrações e tráfico de pessoas no Brasil / Reflections on policies for migration and human trafficking in Brazil. REMHU;19(37): 59-77, jul.-dez. 2011.

EXPRESSO. *Trabalhar no estrangeiro, estratégias de protecção e segurança* em: <http://expresso.sapo.pt/trabalhar-no-estrangeiro--estrategias-de-proteccao-e-seguranca=f636614#ixzz30rHMYLxm>. Acesso em abril de 2014.

GOLDMAN, Emma. Anarchism and other essays. Versão digital Kindle, 2013.

JEFFREYS, Sheila. *The Industrial Vagina: the political economy of the global sex trade*. New York: Routledge, 2010.

JN. Curso de prostituição com "emprego garantido". Disponível em: http://www.jn.pt/PaginalInicial/Mundo/MundoInsolito/Interior.aspx?content_id=2510067. Acesso em abril de 2014.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 25, p. 55-78, jul./dez. 2005.

OTSH. Relatório anual Tráfico Seres Humanos 2013. Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH) 2013.

PLAMBECH, Sine. Life in Nigéria after selling sex in Europe. Disponível em: <http://eng.kilden.forskingsradet.no/c52778/nyhet/vis.html?tid=85201>. Acesso em dezembro 2013.

PUBLICO. Abrir conventos: Abrir conventos para vítimas de tráfico humano, disponível em: <http://www.publico.pt/portugal/jornal/abrir-conventos-para-vitimas-de-trafico-humano-18611481>: acesso em Abril de 2014.

Rede espanhola contra la trata de personas. in: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120130_exploracao_sexual_ai_bg.shtml. Acesso em 15 de Outubro de 2012.

SANTOS, Boaventura; CONCEIÇÃO, Gomes; DUARTE, Madalena. Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 87, 69-94, dez. 2009.

SANTOS, Alexandre; PENEDO, Rita. Novo modelo para o conhecimento em tráfico de seres humanos. In: Observatório do Tráfico de Seres Humanos. **Tráfico Desumano**. Lisboa: OTSH, 2010. p. 179-207. Coleção de direitos humanos e cidadania.

UNODC. Pesquisa ENAFRON. Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas áreas de fronteira. Secretaria Nacional de Justiça(SNJ) 2013.

*Doutorando do Instituto Fernandes Figueira (IFF/FIOCRUZ)

** Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública/ENSP/
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/CLAVES

Espaço Aberto II

Fragments of a discourse indignado sobre as raízes ideológicas da grande mídia

Rafael Corrêa Pinheiro*

*“Ora porra!
Então a imprensa portuguesa é
que é a imprensa portuguesa?
Então é esta merda que temos
que beber com os olhos?” – Fernando Pessoa*

Vivemos, de fato, no país que nos dizem viver, absolutamente implodido e em permanente estado de guerra? Ou naquele outro mesmo país, modelo para o mundo, de povo pacífico e lutador? Ou naquele outro mesmo país que conquistou sua democracia a duras penas, sofre com muitos problemas sociais e precisa de um bom

gerente para administrá-lo? Nenhuma dessas verdades manufaturadas condiz com o "real" brasileiro, mas, com certeza, todas essas certezas metamorfoseadas a cada instante são sujeitos ativos na construção e manutenção da realidade brasileira.

Não é mais possível voltar os olhos para apenas um único meio de veiculação de informação, já que os principais, hoje, constituem uma mesma rede no mundo inteiro. Televisão, rádio, internet e mídias impressas dividem os mesmos espaços, em alguns momentos consubstanciam-se entre eles e caminham juntos em seus objetivos. De maneira mais objetiva, os donos são basicamente os mesmos, principalmente nos países que estiveram submetidos a ditaduras de direita nas últimas décadas. Nesse sentido, seria muita ingenuidade pensar em independência ou imparcialidade informacional dos diversos meios de comunicação em relação ao quadro nacional e internacional. Cada um com seus mecenas.

Nesse aspecto, o Brasil é um caso exemplar, ainda mais nos últimos anos de grandes eventos e rebuliço social. Com essas circunstâncias propícias, olhos atentos podem perceber os contornos do papel da grande mídia na construção da "opinião pública" e da realidade. Por exemplo, no caso das greves e manifestações. Os canais que, com maestria, selecionam não só o que deve ser veiculado, mas também os aspectos do que deve ser discutido, nos últimos meses, incessantemente, trazem à tona passeatas de "150 pessoas contra a copa e acabam em quebra-quebra". É incrível que, por um lado, quando o quadro é de vazio político, o perigo está nos traficantes, que a notícia faz questão de nos lembrar que devemos tomar cuidado para que eles não roubem nossos filhos ou tirem suas vidas, legitimando chacinas policiais. Por outro lado, em momento de absoluta movimentação, a manchete dos jornais nacionais valorizam (até) protestos tímidos e elejam um novo inimigo que, caso você espectador não tome cuidado, pode ser atacado por um deles. O que se vê é a fabricação de um novo vilão que sai de seu esconderijo quando a polícia pode entrar em xeque.

O formato das notícias faz com elas pareçam o mais objetiva possível. O que não é mentira, desde que se compreenda que o caldo ideológico se manifesta por esse caminho de falsa imparcialidade, ou análise condicionada. Primeiro o que se vê não é o sujeito do protesto, muito menos as reivindicações, mas as consequências para a cidade, que a notícia faz questão de alertar que afetará diretamente quem mais precisa, os quais, logicamente, não estavam no movimento. Ou seja, é a construção de "justiceiros sociais". A notícia é construída para passar o maior grau possível de externalidade do observador em relação ao fato e, pelos meandros dos acontecimentos, adjetivações tendenciosas ganham título de substantivos técnicos. "Mascarados", "vândalos" e "baderneiros".

Essa investida ideológica brutal, a cada dia que o sistema capitalista se reforma e estabiliza, fica mais desmascarada, porém, menos sensível. A aparência de realidade das notícias fetichizadas é legitimada pelo consenso construído e veiculado pela própria grande mídia. Em outras palavras, o papel de gerenciamento formal da ideologia pelos meios de comunicação, em última instância, culmina na própria ideologia substantiva, já que as informações lapidadas, selecionadas e cuidadosamente distribuídas não têm, em si, a inversão da realidade, mas, quando totalizadas e trazidas ao cotidiano, funcionam como o rejunte que dará uniformidade e resistência à estrutura.

O bombardeio vem de todos os lados uniformemente pela confusão dos meios de comunicação entre eles mesmos. Os jornais online, as rádios online, os telejornais etc., em vez de democratizarem a informação, massificam-na e dão o aspecto de ciência ao seu trabalho. Dessa maneira é construída uma sociedade de público, que assiste os grandes especialistas de tudo contarem a verdade ao espectador. Sem possibilidade de discussão, a resposta vem sempre nos moldes de: "é fato". Temas centrais para a construção de uma sociedade democrática são engessados pelo adestramento da opinião pública, que também é construída e utilizada em momentos propícios. Nesse aspecto, por exemplo, sabendo das condições discrepantes de condições de sobrevivência no país, um grande medo e ódio é construído contra camadas sociais específicas, por meio da difusão massiva dos sentimentos de familiares assassinados, roubados, ou dependentes químicos, e, quando o adestramento já está solidificado, há o respaldo da opinião pública para legitimar o apoio a medidas autoritárias.

Assim, os grandes oligopólios midiáticos funcionam como uma das principais engrenagens da superestrutura ideológica. Como verdadeiros sujeitos egoístas smithianos, seus interesses egoístas cruzam com os interesses de alguns outros e o desenvolvimento vertical da sociedade é consolidado em detrimento do desenvolvimento horizontal. A imprensa brasileira torna-se a imprensa brasileira; a liberdade de imprensa é fundamental e exclusivadessa imprensa. A imparcialidade da mídia se sustenta em sua real imparcialidade direta em relação aos sujeitos. Não há nome, cor, gênero, ou partido, o que interessa é a sua ligação com a estrutura. Pode ser qualquer um desde que seja o que eles querem reproduzir, pode ser qualquer um desde que seja burguês.

* Graduando em Direito/UERJ e bolsista do PROEALC

Espaço Aberto III

Determinismo simbólico e relações de gênero

Caroline M. Cabral*
Laís Soares Faria de Souza**

“É na lógica da economia das trocas simbólicas – e, mais, precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento, em que se determina às mulheres seu estatuto social de objetos de troca, definidos segundo os interesses masculinos, e destinados assim a contribuir para a reprodução do capital simbólico dos homens -, que reside à explicação do primado concedido à masculinidade nas taxinomias culturais.” Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu (2002), em sua obra “A dominação masculina”, expõe a questão da violência simbólica que é sutil e se instaura na sociedade a partir das diferenciações criadas pelo biológico, onde modelos ideais são naturalizados e perpassados de cultura a cultura.

A sociedade mostra ser conivente com a dominação masculina ao reproduzir historicamente atributos sobre os sexos, vendo que os indivíduos estão inseridos em uma realidade hegemônica que defende e propaga esse discurso. Esse determinismo simbólico tem como agentes principais, a família, a igreja, a escola, a mídia e o Estado. Essa imposição molda as relações futuras do indivíduo, que amadurecerá na fase escolar, definindo seus ideais.

Deste modo, a escola tem um papel incisivo na formação e construção da identidade. Neste órgão de regulação social, a imposição de estereótipos sobre os sexos é extremamente focalizada. Ideais como meninas terem comportamento delicado e suave, e meninos atitudes mais expansivas, reforçam a formação da identidade que perpetuará expectativas de comportamento e atitudes. Essa dicotomia imposta entre os sexos, presente nas Instituições de ensino, é visivelmente apresentada na clara separação entre brincadeiras de meninos e brincadeiras de menina, onde “casinha”, “comidinha”, “boneca” são consideradas brincadeiras de meninas, reforçando ainda mais a lógica conservadora machista que coloca a mulher sempre à margem da sociedade, e em papel de submissão ao sexo masculino, onde suas futuras “funções sociais” seriam de dona-de-casa, mãe de família. A falta de investimentos para a discussão desta problemática consolida a concepção de uma violência simbólica viável ao machismo. Já que os órgãos de ensino que têm grande contribuição na formação de cidadãos conscientes não promovem em seus métodos pedagógicos mecanismos para a discussão e desconstrução desta lógica de gênero predominantemente atual.

A mídia exerce grande influência nos debates que perpassam a sociedade, tendo assim forte poder de consensos que propositalmente reforçam opressões naturalizadas, e intensificam a construção cultural de subalternidade da mulher. É preciso observar o aumento de mídia destinada a crianças, especialmente para moradoras da área urbana, crianças e jovens que constituem maior parcela da população.

Não podemos esquecer que a violência vivenciada pelo sexo feminino se origina desde a infância perpassa pela adolescência e tende a ser consolidada na vida adulta. A opressão e violência simbólica vivida pelas meninas e mulheres estão entranhadas nas suas relações sociais, nos valores morais repassados pela escola, família, Igreja, Estado, como também na mídia, muito antes de se externar a uma violência física.

A manutenção dos estereótipos e a subalternidade feminina mostra-se ao longo da história funcional a sociedade de classes, onde a mulher é a responsável pela família tirando do Estado a responsabilidade de

garantir direitos básicos como creches, restaurantes e lavanderias públicas por exemplo. E no momento em que esta se insere no mercado de trabalho, tem sua mão de obra desvalorizada em relação ao sexo oposto, além de sofrer com a dupla ou tripla jornada de trabalho (doméstica, mãe e trabalhadora formal). Porém, é essencial para o debate acerca da violência contra as mulheres desde a infância, termos a clareza que a opressão do gênero feminino é anterior ao modo de produção capitalista, porém precisamos observar suas particularidades na contemporaneidade, a forma como este modo de produção se apropria destas e de outras particularidades.

Assim sendo, as ações e percepções sobre a mídia são fundamentais para compreender o processo histórico e seus resultados. Daí, como afirma Marilena Chauí, ser necessário reconhecer que,

a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, não é preconceito nem pré-noção, mas é **fato social** justamente porque é produzida pelas relações sociais, possui razões muito determinantes para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira de produção de ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais (CHAUÍ, 2003: 31).

Referências bibliográficas

Livros:

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARLSSON, Ulla e FEILITZEN, Cecilia Von (orgs.). *A Criança e a Violência na Mídia*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *Simulacro e Poder. Uma análise da Mídia*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

FREIRE, Silene de Moraes. *Mídia, Violência e Questão Social: a pedagogia do capital* In: *Direitos Humanos e Questão Social na América Latina*. 01 ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2009, v.01, p. 177-192.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 1985.

Artigos em coletâneas:

WASELSZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2012. Crianças e Adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro: Cebela/Flacson, 2012.

Artigos em periódicos:

NJAINE, Kathie e MINAYO, Maria Cecília de Souza. *A violência na mídia como tema da área da saúde pública: revisão da literatura*. In: *Revista Ciência e Saúde Coletiva* 9(1), pp 201-211. Rio de Janeiro: 2004.

SOUZA, Eros de, BALDWIN, John R. e ROSA, Francisco Heitor da. *A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos*. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 13(3), pp 485-496. Porto Alegre: 2000.

Espaço Aberto IV

*Classe trabalhadora brasileira em um “novo” ciclo de lutas.***Fabyane Soares***

*“Quando a opressão aumenta
Muitos se desencorajam
Mas a coragem dele cresce.
Ele organiza a luta
Pelo tostão do salário, pela água do chá
E pelo poder no Estado.
Pergunta à propriedade:
Donde vens tu?
Pergunta às opiniões:
A quem aproveitais?”
(Louvor do Revolucionário – Bertold Brecht)*

A partir do ano de 2012, a sociedade brasileira viveu um ascenso das greves e das lutas sociais, com o protagonismo da juventude nas chamadas “Jornadas de Junho” em 2013 nas ruas de todo país, exigindo direitos universais e de melhor qualidade. Em junho de 2014 vivemos uma “jornada” de conflitos sociais desta vez sob o protagonismo orgânico da classe trabalhadora.

O Brasil vinha de períodos de intenso recuo das mobilizações coletivas, tendo nos anos de 2013 e neste primeiro semestre de 2014 um quantitativo de greves e atos tão massivos quanto no que foi vivido no período da Ditadura militar. Através de levantamentos de dados mensais, é notável a incorporação do proletariado de novas táticas de luta, como por exemplo, o aumento de greves que realizam grandes atos, muitas vezes por fora e contra as burocracias sindicais e se unificando com outras categorias.

É possível afirmar a recolocação da classe trabalhadora organizada no centro do debate político nacional e também internacional, protagonizando embates com a patronal, muitas vezes com seus sindicatos e com os governos. Muitos movimentos grevistas para além de exigir melhores condições de trabalho e aumento salarial, levantam bandeiras de interesse de toda classe subalterna, como o passe livre (exigido pelo rodoviários de Porto Alegre), repúdio a saúde, educação, cultura e transporte como mercadoria.

A greve dos metroviários em São Paulo neste mês de junho acarretou na paralisação da maior cidade da América Latina e o governo de Alckmin respondeu com a utilização de forte aparato policial nos piquetes e na demissão de 42 metroviários. Tais atitudes geraram solidariedade internacional de diversas categorias, estudantes, organizações e movimentos contra toda repressão policial sofrida e exigindo a readmissão dos trabalhadores. Apesar de todas as barreiras impostas a greve, os metroviários mantiveram-se firmes realizando assembleias lotadas e ameaçando paralisar durante o mundial da FIFA.

Em um trecho de Victor Meyer no ano de 1998, em uma revista de Salvador¹, conseguimos relacionar diretamente a mundialização do capital e também da resistência operária:

Como se os chãos das fabricas estivessem avançando através de fronteiras, ainda que os respectivos trabalhadores compareçam, ao cenário comum da luta, falando diferentes idiomas. Nesse contexto nascente, já não são apenas as lideranças que se confraternizam, em nome de um credo compartilhado. São os trabalhadores de base que se aproximam, impulsionados por necessidades prementes da vida cotidiana. Na agenda, não mais apenas as declarações de irmandade na luta, mas uma agenda prática de ações imediatas e efetivamente comuns.

No movimento das lutas de classes, com a classe trabalhadora (a brasileira como nosso objeto) protagonizando estes “novos” ciclos de luta, a burguesia não tarda a articular respostas. Durante todo período de greves e manifestações a mídia, os patrões e os governos adotam o discurso de que são uma minoria cooptada por alguma oposição partidária, a justiça decreta a greve como abusiva e o legislativo cria projetos de lei que consideram protestos ações terroristas. Todos estes argumentos são refrutados ao observarmos os indicativos das mobilizações e o próprio discurso dos grevistas, com a ocorrência de mega eventos em nosso país, o proletariado e a juventude não vêem outro momento mais oportuno para se organizarem e lutarem. Estas medidas adotadas pela classe dominante e dirigente evidenciam retrocesso na democracia burguesa,

do direito de reivindicar e questionar, uma onda conservadora que se coloca em embate com este “novo” ciclo de mobilizações.

¹MEYER, Victor. Cadernos do CEAS, Salvador - Setembro/Outubro 1998 nº 177

***Graduanda em Serviço Social/UERJ e bolsista de Iniciação Científica do CNPq PROEALC**

Livros/Lançamentos

FREIRE, Silene de Moraes Feire. Cultura Política, Questão Social e Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro, Gramma Editora, 2013.

Em virtude dos 50 anos da Ditadura, o Boletim PROEALC reapresenta uma publicação de sua coordenadora sobre o tema.

“Fica saliente, nesta prosa clara, direta e informada, que a autora não revisita os “anos de chumbo” com olho do arqueólogo: ela perscruta o ciclo ditatorial a partir de uma concepção teórica de fundo na qual a história (para retomar o pensamento de Mário de Andrade) não aparece como exemplo – surge como lição”. (José Paulo Netto).

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, atualmente é professora associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, coordenadora do Programa de Estudos de América Latina e Caribe -PROEALC- e do Observatório de Direitos Humanos da América Latina do Centro de Ciências Sociais da UERJ. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) da Faculdade de Serviço Social da UERJ de janeiro de 2010 à agosto de 2012 Bolsista de Produtividade do CNPq e Procientista da UERJ. Membro Titular do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos -CEDDH - do RJ. Tem experiência na área de Serviço Social e na área de Sociologia atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, Questão Social, Brasil, Serviço Social, Políticas Sociais e Direitos Humanos. É autora de Livros e artigos sobre esses temas.

Paulo. Pequena História da Ditadura Brasileira. São Paulo, Cortez Editora, 2014.

Sinopse: José Paulo Netto reconstrói o cenário dos anos que precederam o Golpe de 64, edificando uma análise que desvela as forças políticas em disputa sob um dado contexto econômico. À época, sob o pretexto da ameaça comunista, mais da metade dos países do continente foram tomados por ditaduras – e todas foram apoiadas, diretamente, pelos Estados Unidos. Porém, se os comunistas estavam prestes a tomar o poder no Brasil, por que não houve resistência? Por que o presidente João Goulart fugiu para o Uruguai? Onde estava a força da esquerda? Ou ainda, qual era a base de apoio de Jango e por que falhou? O autor busca responder essas e outras perguntas, em um texto escrito com clareza e densidade.

Agenda Acadêmica

V Seminario Internacional Derechos Humanos, Violencia y Pobreza: La situación de niños y adolescentes em América Latina

Data: 26, 27 y 28 de Noviembre de 2014.

Local: Buenos Aires / Argentina

Maiores Informações: vseminariodh.2014@gmail.com

CONVOCATORIA

Programa de Estudios de América Latina y Caribe (PROEALC) / Centro de Ciencias Sociales (CCS) / Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ) y Programa del Seminario Permanente Procesos Laborales e Intelecto Colectivo (SP PLEIC), Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires.

Auspiciantes

Proyecto UBACyT: "Poblaciones Trabajadoras Extinguibles y Sujetos Colectivos en Siglo XXI. Teoría y Praxis de Procesos de Trabajo desde una Ciencia Social Coproductiva y Experiencias Comparadas", Área Derechos Humanos y Políticas Públicas, IIGG-FCS-UBA

Secretaría de Derechos Humanos de la Nación; Dirección Nacional de Atención a Grupos en Situación de Vulnerabilidad.

Asociación Argentina de Sociología, AAS

Grupo de Trabajo CLACSO: Juventudes, Infancias: Políticas, Culturas e Instituciones Sociales (a confirmar)

SEDES:

Sesión Seminario Permanente PLEIC: Instituto de Investigaciones Gino Germani (a confirmar)

Desarrollo plenario V Seminario Internacional: Biblioteca Nacional (a confirmar)

FECHAS: 26, 27 y 28 de Noviembre de 2014.

PROGRAMACIÓN

26 de Noviembre

10:00 a 18:00 horas: Acreditación

14:00 a 16:00 horas: Sesión Seminario Permanente PLEIC (Coordinadores V Seminario Internacional: "Lógicas y prácticas sacrificiales de niñez y juventudes")

18.00 a 19.00 horas: Sesión de apertura plenaria

19.00 a 21.00 horas: Conferencia: Las formas de la violencia hacia niñas, niños y adolescentes.

27 de Noviembre

09.00 a 12.00 horas. Grupos de Trabajo.

GT I: Derechos humanos, violencia y criminalización de la pobreza.

GT II: Ciudadanía y derechos humanos en el MERCOSUR.

GT III: Políticas de protección de derechos de niñas, niños y adolescentes en América Latina.

GT IV: Estado, mercado, sociedad civil y garantía de los derechos humanos de niñas, niños y adolescentes en América Latina.

14.00 a 17.00 horas. Grupos de Trabajo.

GT I: Derechos humanos, violencia y criminalización de la pobreza.

GT II: Ciudadanía y derechos humanos en el MERCOSUR.

GT III: Políticas de protección de derechos de niñas, niños y adolescentes en América Latina.

GT IV: Estado, mercado, sociedad civil y garantía de los derechos humanos de niñas, niños y adolescentes en América Latina.

28 de Noviembre

09.00 a 12.00 horas: Foros de debate e intercambio de experiencias sobre garantía de derechos de niñas, niños y adolescentes.

14.00 a 16.30 horas, Mesa redonda I: Los niños, niñas y adolescentes afectados por la trata de personas y el trabajo infantil.

17.00 a 19.30 horas, Mesa redonda II: Experiencias regionales de protección de derechos frente a graves violaciones a los DDHH de niñas, niños y adolescentes.

ORIENTACIONES PARA EL ENVÍO DE TRABAJOS Y FOROS DE DEBATE E INTERCAMBIO DE EXPERIENCIAS:

Las ponencias deberán ser enviadas al GT seleccionado hasta el 31 de Julio de 2014. Las mismas no podrán exceder las 15 páginas ni tener una extensión inferior a la 10 páginas incluyendo la bibliografía. Fuente Arial, Tamaño 12, párrafo múltiple 1,5 y 2,5 cm de margen en los cuatro lados. Word 97/2003 (.doc)

Dirección del GT (e-mail) para envío de su ponencia:

- GT I: Derechos humanos, violencia y criminalización de la pobreza.
proealc.gt01@gmail.com
- GT II: Ciudadanía y derechos humanos en el MERCOSUR.
proealc.gt02@gmail.com
- GT III: Políticas de protección de derechos de niñas, niños y adolescentes en América Latina.
proealc.gt03@gmail.com
- GT IV: Estado, mercado, sociedad civil y garantía de los derechos humanos de niñas, niños y adolescentes en América Latina.
proealc.gt04@gmail.com

Encabezamiento:

V Seminario Internacional – Derechos Humanos, violencia y pobreza – La situación de Niños y Adolescentes en América Latina.-

Universidad del Estado de Rio de Janeiro – Universidad de Buenos Aires.

Fecha: 26, 27 y 28 de Noviembre de 2014.

Grupo de trabajo (Indicar número y nombre del GT)

Título del trabajo.

Nombre y apellido del ponente, titulación e institución de pertenencia

Resumen / Abstract alineados a la derecha, con 5 cm de sangría, fuente Arial 11 y espacio simple entre líneas.

- Las propuestas sobre foros de debate e intercambio de experiencias en el marco de la presente convocatoria deben enviarse antes del 30 de Junio de 2014 y contendrán una referencia a la metodología de trabajo propuesta y las estrategias de convocatoria a la participación en dichos espacios. La apertura del foro o mesa de intercambio de experiencias propuestas se confirmará el 12 de Septiembre de 2014 y para ello deberá estar garantizada una inscripción mínima de 15 personas para su realización. Tendrán prioridad las experiencias de campo en la garantía de derechos de niñas, niños y adolescentes en América Latina hoy. La presentación de estas propuestas se realizará en un documento con formato Word versión 97/2003, fuente Arial, tamaño 12, interlineado Múltiple 1,5 y un máximo 500 caracteres. Deberá contener la siguiente información: Nombre y breve síntesis del foro o experiencia a presentar, metodología de trabajo, nombre, apellido y pertenencia institucional y propuesta de convocatoria.

Nota

Se entregarán certificados por las ponencias únicamente si los mismos fueron expuestos presencialmente en las mesas de los grupos de trabajo correspondientes o en los foros y experiencias, por la/el autor o al menos uno de las/los autores.

XIV ENPESS – XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

Lutas Sociais e Produção do Conhecimento Desafios para o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital

Data: 30 de novembro até dia 04 de dezembro de 2014.

Local: Natal/RN

Maiores Informações: <http://enpess2014.abepss.org.br/>

A Comissão Científica para o XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS, formada pela Direção Nacional, Vices regionais e representantes das Coordenações dos GTP's, reuniu-se entre os dias 05 e 06 de fev/2014 para organizar o XIV ENPESS. Além do tema "LUTAS SOCIAIS E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital", a comissão definiu o período de 30/11/2014 a 04/12/2014 para o evento ocorrer em Natal/RN, e no dia 05/12/2014 acontecerá a Assembléia Geral da Entidade.

Aguarde maiores informações acerca das inscrições de trabalho e da programação. Estaremos divulgando em breve!

Expediente

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitora

Prof. Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação

Profª Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa

Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura

Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Prof. Léo da Rocha Ferreira

Coordenadora do PROEALC

Profª Silene de Moraes Freire

Editoras Responsáveis

Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Andreia de Souza de Carvalho

Coordenação de Produção

Andreia de Souza Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Maria José Martins da Silva

(PROEALC/CCS/UERJ)

Colaboradores

Caroline M. Cabral (PROEALC/CCS/UERJ)

Edinilsa Ramos de Souza (ENSP/FIOCRUZ)

Fabyane Soares (PROEALC/CCS/UERJ)

José Gonçalo Zúquete (IFF/FIOCRUZ)

Láís Soares F. de Souza (PROEALC/CCS/UERJ)

Rafael Corrêa Pinheiro (PROEALC/CCS/UERJ)

Diagramação

Andreia de Souza Carvalho

(PROEALC/CCS/UERJ)

Revisão

Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.